

INTRODUÇÃO

~~INTRODUÇÃO~~ - A PROBLEMATICA ACTUAL DO ECUMENISMO

INTRODUÇÃO



No caminho andado tão rapidamente pela Igreja Católica e pelas outras Igrejas para a realização da unidade, levantam-se hoje alguns problemas, de tipo novo, que seria desonesto não assinalar. Esses problemas são a um tempo de objectivos e de métodos. Um certo caminho teológico leva a interrogar a validade dos objectivos do "movimento ecuménico" enquanto movimento estruturado e organizado. Um certo cansaço de que fora durante alguns anos a novidade do movimento ecuménico leva a discutir métodos e formas.

Por uma ou por outra via manifesta-se a relação intrínseca da unidade, missão e reforma. Os cristãos, dados à causa da unidade, quer aplicando conscienciosamente os métodos aconselhados, quer percorrendo audaciosamente novas vias, dão-se conta, com maior ou menor intensidade, de que a procura da unidade os mantém de certo modo fechados no seu círculo de baptizados e de Igrejas confessantes de Jesus Cristo, enquanto, a seu lado, vai crescendo um mundo cada vez mais desinteressado da Fé e mais capaz de viver sem ela. A vacuidade das grandes discussões teológicas, talvez até a desilusão deixada pelos momentos da união, fazem sentir que o vasto mundo permanece cada vez mais alheio a Jesus Cristo. O movimento ecuménico só pode então ^{substituir} se for um instrumento para a unidade que é, no seu termo, unidade de todos os homens. Tal é o desafio posto hoje ao movimento ecuménico.

Fundação Cuidar o Futuro

Descobriram os cristãos de todas as comunidades eclesiais que a Escritura é para eles fonte de inspiração comum, que por elas se lhes manifesta a revelação de Deus em Seu Filho Jesus Cristo. Nem sempre coincide a interpretação que fazem da Escritura e por isso os trabalhos de exegese bíblica continuam a ser essenciais - mas, para além das divergências encontradas, permanece o facto, o acontecimento Jesus Cristo. Como anunciá-lo ao mundo?

Os cristãos encontram-se perante um mundo que se compraz na sua própria força e capacidade de realização. Acresce ainda que os próprios cristãos - orientados sobretudo pelos novas "papas" em que se tornaram muitos teólogos, humanistas de profissão e tendo contacto com a técnica só nas suas manifestações espectaculares e aparentemente sem falha - emprestam às realidades terrenas uma capacidade de se determinarem sempre segundo uma linha de verdade e de bem que elas estão longe de poder seguir. Os cristãos "criaram" o fenómeno da secularização, dando à autonomia dos processus técnicos e de todas as estruturas criadas pelos homens um só "sinal". Ora a técnica, o progresso, as instituições, o mundo, são intrinsecamente ambivalentes. Projectando no mundo a sua própria paralisia os cristãos julgam o mundo sem capacidade de acolher Jesus Cristo.

"chegaremos gradualmente a compreender, através do estudo dos diversos dogmas, que há somente uma diferença de teologia entre as Igrejas ou há uma diferença formal na fé ? (...) Trata-se de uma interpretação fundamentalmente diferente de Cristo, ou meramente de uma interpretação teológica diferente que, em última análise, diz realmente a mesma coisa ?"

Tais interrogações são uma etapa no movimento ecuménico neste momento ao ser vivido por todas as Igrejas . A tentativa de lhes dar resposta supõe que é conjuntamente que as Igrejas têm de reinterpretar as verdades da Fé, de modo a poderem chegar a uma expressão única das verdades fundamentais . Basta citar que nesta linha estavam em curso em 1969 cerca de 110 projectos ecuménicos de tradução da Bíblia ! (1) . Através desta interpretação da Fé, poderão as Igrejas encontrar a um tempo a linguagem por que esperam os homens de hoje e o centro a partir do qual se podem conhecer, explicar e interactuar as diferentes tradições cristãs .

Ao nível dos métodos ou da "pedagogia" (2) do movimento ecuménico, os ^{visto pelo} ^{pastor} ^{Lange} problemas mais sérios são levantados em termos da desfasagem existente entre os progressos estruturais ou institucionais a nível internacional e a forma como é experimentada o espírito e a realidade ecuménica na "base", i.e., ao nível das Igrejas locais, da paróquia, dos grupos estruturados . Esta desfasagem é nos dois sentidos . Por um lado, em muitos casos "os cristãos estão ainda vivendo com uma consciência paroquial numa época que é de história universal", continuando a perpetuar os diversos ^{Fundação Cuidar o Futuro} ^{história} ^{produziu} ; as "dimensões ecuménicas da consciência" são um capítulo não-iniciado da moral cristã ; os particularismos dominam, sob formas mais ou menos subtilmente disfarçadas, as grandes opções que deveriam congregar os cristãos na sua missão de transformação do mundo e de pregação do Evangelho . Por outro lado, certas camadas do mundo cristão (num sector que corta transversalmente todas as Igrejas) impacientam-se com a lentidão das formas institucionais do movimento ecuménico e tendem a antecipar em formas práticas uma unidade que ainda não tem bases sólidas - trata-se em alguns casos de jovens que já nasceram depois de iniciado o movimento ecuménico e para quem os passos dados parecem quase irrelevantes ; trata-se em outros casos de povos cujo sincretismo e tendência para o simplismo conceptual levam a nivelar todas as formas de existência em Igreja e a equacionar na prática o ecumenismo em termos de menor denominador comum .

Neste contexto pode pôr-se a interrogação do futuro do movimento ecuménico em que termos vai processar-se ? terão radicalmente mudado as formas de ecumenismo

(1) - Visser't Hooft, The Ecumenical Review, October 1969 pg. 327

(2) - Ernst Lange, the malaise in the ecumenical movement, the Ecumenical Review, pg. 4



teológico ou de ecumenismo espiritual ? terá desaparecido o ecumenismo enquanto movimento religioso para a unidade para ser substituído por um ecumenismo - a que se chamou de secular - em que o elemento determinante é a união dos cristãos para solidariamente se comprometerem nas grandes lutas em que a humanidade se encontra hoje envolvida ? A tais perguntas responde com esperança ^{o Cardeal Willebrands} e presidente do Secretariado para a unidade dos Cristãos (1) :

"As tarefas primeiras, e, portanto as orientações fundamentais do ecumenismo permanecem, com diversas cambiantes, é certo, aquelas que foram estabelecidas pelo Concílio . Mas o que é novo, fundamentalmente, é que chegamos a um ponto em que tem os à dever e a obrigação de estabelecer o diálogo com uma vontade bem determinada de ir direito ao fim . O diálogo entre as Igrejas, não pode, com efeito, ser um diálogo sem fim . Além disso, podemos esperar hoje que, auxiliados pela graça e acção do Espírito Santo, num período de tempo mais ou menos longo - que pode ser de 5 ou 10 anos, segundo a diferença de relações que existe entre a Igreja Católica e as Igrejas ou comunidades eclesiais não-católicas - o diálogo teológico e a colaboração prática levar-nos-ão definitivamente para a frente . Com determinadas Igrejas ou comunidades eclesiais chegaremos a acôrdo sobre as verdades essenciais da fé e sobre as consequências que daí decorrem . Com outras, pelo contrário, o diálogo teológico levar-nos-á a ver mais claramente as divergências que mantêm a separação . O conjunto deste trabalho deveria pouco a pouco produzir frutos no seio das Igrejas ou comunidades eclesiais . Na sequência deste duplo desenvolvimento, podemos esperar, parece-me, que o período 1970-1980 nos conduzirá a uma nova fase nas relações com outras Igrejas ou comunidades eclesiais, quer dizer, ao estudo teórico e prático das possibilidades e dos caminhos que se abrem para chegar à unidade" .



(1) - Willebrands, le travail du Secrétariat pour l'Unité des Chrétiens, Documentation Catholique, 6 Septembre 1970, 776-778

PARTE I - CONTEXTO DO DECRETO

O decreto sobre o ecumenismo é simultaneamente um documento e um acto . Enquanto documento, situa-se num contexto ideológico, em que se entrecruzam elementos culturais do nosso tempo e consequências de uma teologia renovada . Enquanto acto, situa-se num contexto de espaço e tempo, sociológico e histórico . Documento e acto interpenetram-se e mutuamente se condicionam . O documento tem tal energia interna que envolve a totalidade de um gesto ; o acto tem um tal significado que pode traduzir-se em palavras . Daí que o contexto explique com igual intensidade um e outro . Sem esse contexto nem o documento iria mais longe do que ~~quatro~~ ~~palavras~~ ~~escritas~~ ~~nem~~ ~~o~~ ~~acto~~ atingiria para além do ponto onde ~~chegam~~ as nossas mãos .

1. CONTEXTO SOCIOLÓGICO

Há uma inegável influência do espírito do nosso tempo no gesto que cristalizou no decreto sobre o ecumenismo . Não falta quem veja nessa influência um oportunismo da Igreja . Por isso vale a pena acentuar as condições dessa influência .

A uma história de verdades únicas e imutáveis, a uma renascença de absolutismo, a um século XIX de aparente liberalismo mas de intransigência positivista e de igual transigência de reacção, sucede o século em que vivemos com seus grandes conflitos mundiais, sua explosão tecnológica atingindo toda o planeta, sua facilidade de comunicações . Novos caminhos se abrem no espaço e no pensamento à inquietação do homem . E com esses caminhos surge uma atitude nova - a tolerância, expressão positiva do reconhecimento da relatividade de todas as coisas . É certo que este século vê ainda afirmarem-se muitos "dogmas" (bastariam o nazismo e a segregação racial para o provarem) mas na própria tragédia que desencadeiam trazem em si o germén da ponderação . Abre-se o caminho às conversações em vez de cruzadas, ao diálogo em vez da polémica . O fenómeno na sua pura exterioridade sociológica atinge de igual modo as grandes forças condutoras dos tempos modernos - não faltou, por isso, quem equacionasse em termos idênticos a política de abertura dos Estados Unidos sob a presidência de John F. Kennedy, a destalinização do comunismo com Krutschev, o espírito ecuménico crescente do cristianismo revelado por João XXIII .

A uma época de "guerras de religião" ou de repartições de "zonas de influência" sucede-se, pelas condições da vida moderna, um período inteiramente novo : gentes das mais diversas - quando não contradictórias - tendências têm de habituar-se a conviver . Mais : duas guerras mundiais ensinam que as ideologias não separam quando se trata de uma causa comum ; os totalitarismos geradores de alienação ou violência ensinam que homens de opiniões diversas podem e devem



coexistir lado a lado para que a sociedade seja possível ; a Declaração dos direitos do Homem proclamada pela ONU em 48 exprime em termos de ideal político o que as agências internacionais procuram, por outros meios, tornar real - a igualdade fundamental de todos os homens, independentemente da sua raça, religião, classe ou sexo, e, conseqüentemente, a liberdade inalienável de todas as opções .

Estamos na era de uma sociedade pluralista - que supõe a coexistência de ideias, formas, instituições e opiniões cobrindo uma gama muito variada e que, para além do facto bruto dessa coexistência, reconhece o valor da cooperação de todas as forças em presença . O fenómeno religioso toma sociologicamente as características que decorrem dessá pluralismo . A Igreja Católica aceita e reconhece outras formas de expressão religiosa .

Poderá legitimamente perguntar-se por que razão se mostrara a Igreja tão intransigente no passado se o cristianismo se revela hoje como compatível com outras expressões religiosas . Importa aqui notar que a Igreja vive realmente no tempo e no mundo - aspectos da Revelação ou evidentes a partir dela podem permanecer na sombra durante séculos porque não existe o veículo socio-cultural que os torne perceptíveis mesmo para os próprios cristãos . Mas, uma vez em acção novas matrizes das relações humanas, o cristianismo não pode permanecer-lhes alheio . Verifica-se com o movimento ecuménico uma simultaneidade desta sincronização com o mundo em que os cristãos vivem e uma originalidade do surto "pluralista" no seio da família cristã .

Fundação Cuidar o Futuro



2. CONTEXTO HISTÓRICO

O decreto surge no termo de uma etapa particularmente significativa nas relações da Igreja Católica com as outras confissões cristãs .

Não pode deixar de se acentuar que houve uma inflexão nítida na atitude da Igreja Católica em relação ao movimento ecuménico . Para compreender o significado dessa inflexão é importante recordar como se desenvolveu entre as confissões nascida da Reforma o movimento de unidade .

A pluralidade das Igrejas Protestantes cedo fez nascer a necessidade de um trabalho comum e já em 1806 fora proposta a realização de uma conferência de todas as confissões cristãs destinadas a permitir a união de esforços em ordem à evangelização do mundo . Esta preocupação do ecuménismo por causa de missão torna-se o "leitmotiv" de todo o século XIX até dar fruto um século mais tarde na Conferência internacional das Missões, em 1910, em Edimburgo . Desta Conferência nasceu o Conselho Internacional das Missões, cuja importância no Movimento Ecuménico seria decisiva .

Simultaneamente nascem dois outros órgãos de carácter internacional e reunindo várias confissões cristãs : "Vida e acção", com o objectivo de reunir os cristãos em tarefas comuns que os obriguem praticamente a ultrapassar as divisões sem compromisso da fé que professam ; "Fé e Constituição", destinado a estudar e a confrontar os obstáculos à unidade entre as várias confissões .

A importância destes dois órgãos é capital na evolução da unidade dos cristãos . Em breve se tornam os pilares do Conselho Ecuménico das Igrejas cujo objectivo fundamental é a descoberta do conteúdo do testemunho comum que as Igrejas podem dar de Cristo e a realização das iniciativas que devem tomar para em comum poderem dar esse testemunho ao mundo . Assim, paralelamente desenvolveu-se duas linhas - uma de especulação teológica em que se vão progressivamente esclarecendo posições e encontrando plataformas de reconciliação e outra de planeamento e controle da acção comum em que as posições doutrinárias surgem mais complexas mas também infinitamente menos rígidas . Não é demais acentuar o valor destes dois aspectos e da interdependência estreita que a sua presença no seio do Conselho Ecuménico das Igrejas permitiu . O caminho seguido no seio das confissões protestantes não ficou um facto isolado . É hoje o caminho possível do encontro entre a Igreja Católica e as outras confissões .

Em dezembro de 1957, o Conselho Internacional das Missões, reunia-se em Accra para estudar a integração dos dois Conselhos . As dificuldades levantadas fizeram adiar a resolução até Dezembro de 1961 em Nova Delhi . Aí teve lugar o que a história considerará certamente um dos marcos decisivos do Movimento Ecuménico - a integração dos dois Conselhos .

Atribuir a este facto um significado com conteúdo particularmente rico no mundo protestante, pelas seguintes razões : 1) uma dimensão espiritual de oração e de sentido missionário a uma escala até agora desconhecida ; 2) uma concentração e melhor distribuição dos esforços missionários ; 3) um confronto das Igrejas no plano da Fé e constituição como etapa ao serviço do projeto missionário ; 4) uma abertura de todas as Igrejas participando na missão e que conduzirá, pelo exame das questões dogmáticas e institucionais, a uma melhor tomada de consciência do que é a Igreja .

No seio do movimento ecuménico, o grupo "Fé e Constituição" teve características próprias . Desde o início colocou-se não como plataforma para aplanar dificuldades mas como meio de abrir caminho a um confronto teológico indispensável . Quando em 1948 se fundou em Amsterdam o "Conselho Ecuménico das Igrejas" a comissão "Fé e Constituição" guardou autonomia, acentuando sempre que não reúne igrejas mas indivíduos de várias confissões . É nessa base que pela primeira vez em 1952 observadores católicos, designados pelo vigário apostólico de Stockholm, participam nos trabalhos da comissão que se reúne em congresso em Lund, na Suécia . O 4º Congresso mundial de "Fé e Constituição" já encontra a Igreja Católica em pleno



Fundação Cuidar o Futuro

Concílio Vaticano II - realiza-se em 1963, em Montreal . Já então funcionava o Secretariado para a Unidade dos Cristãos e o Papa João XXIII designou para esse Congresso 5 observadores oficiais católicos . De maneira informal, teólogos católicos tinham estado envolvidos na preparação dos temas tratados neste 4.º Congresso (1) .



No momento de Vaticano II, pode dizer-se que a teologia do ecumenismo na Igreja Católica se processava internamente, embora muitos dos teólogos envolvidos na elaboração do decreto tivessem um contacto frequente com o Conselho Ecuménico .

Neste contexto o decreto é uma abertura nítida da Igreja Católica à reflexão teológica em conjunto com outras confissões cristãs . A inflexão da atitude da Igreja Católica em relação ao movimento ecuménico foi possível através de pequenos passos . Aqui se verifica uma vez mais a lei determinante de tantos fenómenos sociológicos : a acumulação quantitativa traz, no termo de uma série suficientemente significativa, uma transformação qualitativa . Naturalmente uma questão de fundo se levanta que atravessa toda a problemática do movimento ecuménico : são os passos dados suficientemente "provados" pela elaboração teológica ?

Vaticano II debateu-se com esta questão embora a não formulasse de modo directo . O contexto atribuído ao próprio decreto durante o Concílio assim o mostra (2) . Em 18 Novembro 1963 foi proposto um primeiro texto que era o resultado de três documentos : 1) um texto preparado pelo Secretariado para a Unidade dos Cristãos ; 2) um texto redigido pela comissão preparatória para as Igrejas Orientais (De Ecclesiae Unitate) ; 3) um capítulo (De Ecumenismo) a ser incorporado no primeiro esquema da Constituição sobre a Igreja .

O esquema então proposto consistia em 5 capítulos : 1) princípios do ecumenismo católico ; 2) prática do ecumenismo ; 3) cristãos separados da Igreja Católica ; 4) relações dos católicos com não-cristãos ; 5) a liberdade religiosa .

Vaticano II não pôde acomodar-se com esta maneira de tratar três problemas distintos e todos eles fundamentais para a missão da Igreja no mundo de hoje . A liberdade religiosa não podia ser um "apêndice" ao problema concreto e histórico do ecumenismo e exigia tratamento adequado . As relações dos católicos com os não-cristãos constituíam também, só por si, uma questão vital . Não podiam, por outro lado, em boa teologia, serem postas no mesmo pé que as relações dos católicos com as outras confissões cristãs .

Além disso - e no que dizia respeito aos cristãos de outras confissões - o esquema enfermava de vários defeitos : partia da Igreja Católica como centro de

- (1) - Cardinal Willebrands, "La participation Catholique à la Commission "Foi et Constitution", Documentation Catholique, 1 Septembre 68, 1515-1518
- (2) - Maurice Villain, The debate about the Decree on Ecumenism, Concilium, April 1966, pg. 59 sgs .

toda a actividade ecuménica ; dirigia-se aos cristãos de outras confissões enquanto indivíduos e não enquanto comunidades ; passava em silêncio as normas para o diálogo ecuménico .

O esquema foi fortemente criticado, mas com argumentos tão construtivos que foi possível aprovar sem emendas o segundo esquema proposto que veio a ser promulgado em 21 Novembro 1964 com o título "Unitatis redintegratio", isto é, "a restauração da unidade" .

Um dos factores que certamente pesou na atitude dos Padres Conciliares foi a consciência de cristianismo que experimentaram no convívio com os observadores das Igrejas separadas de Roma . Por um lado, afirmarem a Igreja Católica de modo inadequadamente triunfalistamente aparecia-lhes como absurdo perante os representantes (silenciosos) das outras confissões . Por outro lado, para muitos dos bispos foi uma novidade salutar a descoberta de que a Fé professada por aqueles cristãos partia do mesmo mistério da Santíssima Trindade .

3. CONTEXTO TEOLÓGICO

É certo que a afirmação de uma mesma filiação pelo baptismo já fora feita por João XXIII retomando uma tese aparentemente esquecida , Tal afirmação inseria-se numa longa caminhada da Igreja Católica pelas vias da Escritura e da própria Tradição . Pode dizer-se, pois, que, em certo sentido, se encontravam preparadas as inteligências para a afirmação de uma tal identidade de filiação .

O contexto teológico mais significativo para o decreto encontra-se, no entanto, na afirmação crescente, dentro da teologia católica, do carácter comunitário da salvação . Não é estranho a esse movimento da Igreja Católica a tomada de consciência da crescente socialização da vida humana, a descoberta das interdependências de acções e relações subjacentes a cada vida individual, a afirmação renovada do homem como ser-em-relação . Convergem em tal movimento tendências sociologicamente ressentidas, passos novos da filosofia, intuições que encontram eco e forma em grupos cada vez maiores . Ao nível sociológico, pode citar-se não só a constatação da situação real de vida de grande parte da humanidade vivendo em regime socialista como a aparição na cena mundial dos países de tradição vincadamente comunitária como os povos africanos e muitos dos asiáticos, com formas de relação e de associação desconhecidas na tradição ocidental da Igreja Católica , Os cristãos vivendo para lá da então chamada "cortina de ferro" como as comunidades cristãs nascentes dos países africanos (estimuladas na sua forma própria por gestes como a encíclica "Fidei donum") trazem à consciência da Igreja a revelação de um tecido social de relações que se acomoda mal com o pietismo dos séculos XVIII ou com o individualismo do século XIX .



Também a filosofia fizera ultrapassar o esplêndido isolamento em que a pes soa humana se vira confinada por vários séculos de "penso, logo existo". As várias correntes existencialistas, mesmo quando denunciavam que "o inferno são os outros", desenham a imagem do homem como um eu-com-os-outros-no-mundo. À consciência individual que os séculos anteriores quase divinizaram, vem justapor-se a relação com os outros, a interdependência estreita que ramos práticos das ciências humanas tais como a dinâmica de grupos, o trabalho social de comunidade, não fazem senão confirmar. O homem não é só um ser relacional. A relação é estruturadora da sua existência e do seu estar no mundo. Nesta perspectiva, também a situação individual de cada cristão passa a ser vista de modo diferente: o cristão é "estruturado" pela sua existência dentro de um Povo.

Não é de deixar de acentuar que outras intuições formuladas por cristãos vieram confirmar a descoberta desta dimensão comunitária. Avulta aqui a obra de Teilhard de Chardin que, ao analisar a evolução da espécie humana e do mundo, descreve a humanidade como uma grande camada envolvendo a terra, a "noosfera", de consistência semelhante à atmosfera ou à biosfera. Esta camada não surge como uma aglomeração de pontos, mas ao contrário, é desta camada que emergem os indivíduos na sua autonomia própria. Esta descrição é mais do que mera analogia. Parece resumir a situação própria dos homens - a tendência colectivista actual ressentida pelas gerações mais novas ou pelas que estão desejosas de transformar a sociedade confirma retrospectivamente a analogia estabelecida há mais de 30 anos.

Todas estas correntes e constatações vieram entrar-se na caminhada que a teologia vinha fazendo de que as figuras que no Antigo Testamento representavam a Igreja se não esgotavam no conceito de Esposa de Cristo, Cidade Santa ou Corpo Místico. Vieram sobretudo dar novo vigor à figura veterotestamentária de Povo de Deus. Primeiro, a traços tímidos e ao nível da teologia positiva (de exegese bíblica e sua interpretação), depois já mais vigorosamente e ao nível da teologia especulativa, começa a ganhar forma o conceito do Povo de Deus, tão claramente explicitado na Escritura e tão existencialmente presente na comunidade cristã primitiva. É essa caminhada teológica, que vai permitir ao Concílio Vaticano II descrever com toda a clareza o plano da Redenção em termos da salvação de um Povo.

É certo que, paralelamente ao movimento teológico, processara-se na Igreja entre os anos 20 e 60 o desenvolvimento crescente de agrupamentos de leigos quer a nível nacional quer internacional, ora com o acento tónico nos meios de origem e sua cristalização ora com maior relevo dado à espiritualidade de que se alimentavam. Tais agrupamentos permitem experimentar, de forma existencial, a realidade do Povo de Deus, sobretudo quando, como nos Congressos mundiais do Apostolado dos Leigos (em 1952 e 1957 e, já depois do Concílio em 1967) adquirem visibilidade em que se revela a variedade das "línguas, tribus e nações".



A outro nível pode dizer-se que também o movimento de renovação da paróquia permitiu uma consciência nova, entre a grande massa de fiéis que se consideravam "praticantes", da sua própria cecação e do seu lugar indispensável no Advento do Reino . Pode dizer-se que tanto as elites como as massas gaminharam - através de dificuldades, erros e exageros, sem dúvida - para uma maior percepção da sua realidade de Igreja .

Não admira, por isso, que todo este movimento, a um tempo especulativo e concreto, tenha vindo a exprimir-se no admirável capítulo II da Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium) . Af' o início do capítulo (§ 9) descreve sintética mas firmemente o primado da comunidade na salvação :

"... o designio livre de Deus foi que os homens não recebam a santificação e a salvação separadamente, fora de todo o laço mútuo ; quis, pelo contrário, fazer deles um povo que o conhecesse segundo a verdade e que o servisse na santidade" .

É neste contexto que o decreto sobre o ecumenismo pode dar um passo gigantesco nas relações da Igreja Católica com as outras confissões . O movimento ecuménico é referido não em termos da simples atitude dos cristãos mas sobretudo como o movimento entre "comunhões", entre "Igrejas" . O profundo significado deste passo será analisado adiante quando virmos, em pormenor, o conteúdo do decreto .

Fundação Cuidar o Futuro



PARTE II - O CONTEUDO DO DECRETO SOBRE O ECUMENISMO - SEU SIGNIFICADO E SUAS
IMPLICAÇÕES

1. Breve apresentação do Decreto na sua expressão doutrinária e pastoral imediata

Preâmbulo - No preâmbulo afirma-se o regresso à unidade como um dos principais objectivos que levaram João XXIII à convocação do Concílio Vaticano II, acentuando-se a relação da unidade com a missão apostólica da Igreja e o escândalo que constituem as separações existentes .

Afirma-se o desejo da unidade presente entre os cristãos no nosso tempo e reconhece-se a inspiração de Espírito Santo nessa acção .

É já no preâmbulo que o decreto se refere ao facto de o ecumenismo ser um movimento entre "cristãos reunidos em comunidades em que ouviram o Evangelho", mais do que entre cristãos considerados individualmente .

Capítulo I - Os princípios católicos do ecumenismo

Neste capítulo, o decreto faz o enunciado do que poderia chamar-se "a teologia da unidade", descreve o tipo de relação que existe entre os irmãos separados e a Igreja Católica, e formula as normas práticas do movimento ecuménico para os católicos .

Assim, neste capítulo começa por afirmar-se a relação ontológica ENTRE a unidade e a missão, expressas por Cristo na última Ceia (Jo. 17, 21) . Lembra-se que a Redenção de Cristo nos garantiu a presença do Espírito de unidade, de onde provêm os dons e os serviços dentro da Igreja . Por seu turno o Povo de Deus, buscando o modelo da unidade na Trindade, realiza-a "pela profissão de uma só fé, pela celebração comum do culto divino, pela concórdia fraterna da família de Deus" . Foi assim, com efeito, que a comunidade cristã primitiva entendeu a sua participação na vida da Igreja nascente . Encontra-se aqui sintetizada a teologia da unidade que os tempos posteriores ao Concílio verão desenvolver em termos mais concretos . A importância desta síntese é grande, porque situa o problema das divisões e os esforços para o diálogo e o encontro na perspectiva do plano salvífico de Deus, fazendo mergulhar nas fontes do que poderia parecer apenas um movimento humano para pôr em destaque o mistério de Fé em que se insere tal movimento .



No parágrafo que trata das relações entre os irmãos separados e a Igreja Católica, há uma primeira afirmação que é um ponto-chave em todo o decreto : a comunhão dos que foram batizados e crêem em Cristo com a Igreja Católica . É na sequência lógica desta ideia que o decreto não deixa de sublinhar que as Igrejas e comunidades separadas têm um significado na história da salvação . Em frases particularmente densas e cuidadas, o decreto classifica, no entanto, a comunhão dos batizados como "incompleta", acentuando que é através da Igreja Católica de Cristo "que se pode obter toda a plenitude dos meios de salvação" .

O parágrafo relativo às normas práticas do ecumenismo enumera as diversas formas que podem tomar "as iniciativas em favor da unidade dos cristãos" : a verdade dos juízos sobre as outras confissões, o diálogo realizado por pessoas competentes e em que participam cristãos de várias comunidades, a colaboração em tudo o que contribui para o bem da sociedade segundo as exigências do Evangelho, a oração em comum pela unidade . O decreto põe em relevo duas atitudes complementares : por um lado, exorta a caminhar, pelas vias indicadas, no sentido da "justiça e da verdade, da concórdia e da colaboração, do amor fraterno e da união", acentuando que os católicos devem reconhecer os valores verdadeiramente cristãos presentes nas outras Igrejas e aceitar para sua edificação o que o Espírito realiza nos irmãos separados ; por outro lado, situa todas as iniciativas num clima de exigência de reforma e renovação, onde têm lugar um honesto exame de consciência sobre tudo aquilo que na família católica deve ser renovado e uma serena liberdade que permita desenvolver os dons de cada um e realizar, assim, a função que lhe cabe na edificação do todo .

Capítulo II - O exercício do ecumenismo

É diferente a estrutura deste capítulo , Em cada parágrafo visa-se sobre tudo um aspecto prático do exercício do ecumenismo incorporando a justificação doutrinária na orientação pastoral . Já este método é novo - dinâmico, persuasivo, acessível aos cristãos sem grande preparação teológica . Mas são sobretudo novas algumas das afirmações doutrinárias subjacentes às normas práticas .

Logo no primeiro parágrafo, faz-se uma afirmação doutrinária que é a base de todo este capítulo . Diz-se que o ecumenismo diz respeito a todos os cristãos, que é elemento de vida quotidiana como o é de investigações teológicas, que é da responsabilidade dos fiéis como o é dos pastores . Em outros termos, o ecumenismo



é co-extensivo a toda a vida da Igreja .

Nos restantes parágrafos, são dadas as orientações relativas à renovação da Igreja, à conversão do coração, à oração em comum, ao conhecimento fraterno recíproco, à formação ecuménica, à maneira de exprimir e de expor a doutrina da Fé, à colaboração com os irmãos separados .

Assim diz-se que a renovação da Igreja - que é "fidelidade crescente à sua vocação" - é a razão explicativa da tendência cada vez mais fortemente sentida para a unidade . Salientam-se os aspectos da história que possam ter cavado o fosso da separação (certos costumes e tradições, elementos da disciplina eclesiástica transpostos indevidamente para outros sectores e mesmo uma maneira às vezes pouco exacta de enunciar a doutrina) e apontam-se as diferentes formas da vida da Igreja sobre as quais a renovação deve fazer-se com vista à unidade . Citam-se : o movimento bíblico e litúrgico, a pregação da Palavra de Deus, a catequese, o apostolado dos leigos, as novas formas de vida religiosa, a espiritualidade do casamento, a doutrina e acção da Igreja no domínio social .

Refere-se depois o decreto - e na sequência desse movimento de renovação da Igreja - à ligação estreita entre o ecumenismo e a conversão . Três elementos importa destacar aqui : os dons que os cristãos devem pedir ao Espírito para que a Unidade seja possível (a abnegação sincera, a humildade e a doçura no serviço, a generosidade fraterna para com os outros) ; a consciência das faltas cometidas contra a unidade levando a pedir perdão a Deus e aos irmãos separados ; a fidelidade ao Evangelho como o critério mais seguro do caminho para a unidade .

O parágrafo seguinte vai à raíz dessa conversão do coração - a oração . Foca-se de modo especial a oração comunitária, quer só entre católicos quer com os irmãos separados . A oração em comum aparece aqui como um lugar privilegiado da união-em-devir entre os católicos e os irmãos separados . (O decreto deixa ao critério dos bispos as condições em que uma eventual participação na Eucaristia possa ser caminho de unidade) .

Tal oração seria um novo espiritualismo se não assentasse no conhecimento dos irmãos separados - conhecimento de pessoa a pessoa mas também (e sobretudo) conhecimento da doutrina, da história, da vida espiritual e cultura, da psicologia religiosa, numa palavra, da "tradição" própria aos irmãos separados onde quer que ela se



tenha formado autônomoamente . Este conhecimento levará a melhor compreender a Fé dos irmãos separados bem como a saber como lhes apresentar a Fé da Igreja Católica .

Se o conhecimento das outras tradições é necessário, não é menos um aprofundamento da teologia e da história numa perspectiva ecuménica . Recomenda-se a análise dos problemas postos à missão pelo ecumenismo em situação-fronteira .

Neste aprofundamento da Fé católica, insiste-se sobre a globalidade dessa Fé e a necessidade de não a esquartejar por causa do ecumenismo . Acentua-se na doutrina católica nem todos os artigos de Fé têm a mesma força - lembra-se que há uma "hierarquia de verdades da doutrina católica" .

O encontro com os irmãos separados far-se-á no dia-a-dia do empenhamento dos católicos na vida social - valorizando a pessoa humana, trabalhando para promover a paz, aplicando o Evangelho na transformação social, desenvolvendo as ciências e as artes para o bem dos homens, prestando assistência imediata às grandes necessidades dos homens, quer permanentes quer acidentais . Por essa via se presta um serviço ao mundo e se caminha para a unidade .

Capítulo III - Igrejas e comunidades eclesiais separadas da Sé apostólica romana

O terceiro capítulo particulariza o tipo de relações que existem ou devem existir entre a Igreja Católica e as Igrejas ou comunidades eclesiais dela separadas . No seu limiar (§ 13), o decreto sublinha que as separações que se foram dando ao longo da história da Igreja diferem em razão "da origem, lugar e tempo" e sobretudo "pela natureza e gravidade das questões relativas à fé e à estrutura eclesial" . Por isso, neste capítulo se tratam separadamente as Igrejas orientais e as Igrejas e comunidades eclesiais separadas do Ocidente .

No que diz respeito às Igrejas Orientais começa-se por referir o espírito e história própria dos orientais, notando-se que, apesar de cada Igreja ter seguido o seu caminho próprio, as Igrejas do Oriente e do Ocidente continuaram unidas na fé e na vida sacramental . Destaca-se na sua história, a continuidade com os tempos apostólicos que conduz à autonomia das Igrejas locais, relacionando-se umas com as outras como Igrejas irmãs . Dois aspectos da tradição litúrgica e espiritual dos Orientais são postos em relevo : por um lado, a celebração da liturgia e, em especial, da Eucaristia, que, associada ao sacramento da ordem em plena sucessão apostólica,



conduz à recomendação feita aos católicos de participarem, quando isso fôr apropriado, na celebração Eucarística das Igrejas Orientais ; por outro lado, a vida monástica (onde a vida religiosa latina teve a sua origem) contendo valores espirituais que não é legítimo ignorar . A diversidade de costumes na Igreja de Cristo leva a respeitar a disciplina particular das Igrejas orientais (§ 16) que se regem segundo as suas leis próprias, "mais conformes ao carácter dos seus fiéis" . No contexto do aprofundamento doutrinário que o ecumenismo exige, salienta-se o facto de as formulações teológicas do Oriente serem mais complementares do que opostas em relação às formulações da Igreja apostólica romana (§ 17), notando-se a fundamentação da doutrina na Escritura, a expressão e desenvolvimento das formulações doutrinárias na celebração litúrgica, o enraizamento patrístico dessas formulações, a sua capacidade de serem fonte de vida espiritual, como norma de vida e como contemplação do mistério cristão .

Mais delicado aparece no decreto o problema das confissões nascidas da Reforma . Embora sejam inegáveis os laços que unem essas comunidades eclesiais à Igreja Católica por virtude de muitos séculos de tradição comum, enumeram-se algumas das dificuldades no caminho da unidade, decorrendo das diferenças de ordem histórica, sociológica, psicológica, cultural e, sobretudo, da diversidade de interpretação da verdade revelada (§ 19) . No entanto, alguns aspectos essenciais da vida das comunidades protestantes devem ser tidos em linha de conta no movimento ecuménico, nomeadamente : a fé em Cristo, que é de forma exemplar " a fonte e o centro da comunidade eclesial" ; o lugar ocupado pela Escritura, objecto de "estudo constante e diligente" (notando-se aqui uma divergência fundamental quanto à relação entre Escritura e Igreja) ; a vida sacramental decorrendo do batismo (sendo o lugar de unidade que é o mistério eucarístico fica prejudicado pela ausência do sacramento da ordem) ; a vida espiritual centrada em Cristo, com um acento muito importante dado à oração pessoal, à meditação bíblica, à vida da família cristã, ao culto da comunidade, à encarnação do Evangelho em todas as situações de injustiça e de miséria .



Conclusão :

No termo do decreto, (§ 24), o Concílio formula o voto de que as iniciativas da Igreja Católica caminhem unidas às dos irmãos separados, considerando a reconciliação como um "projecto sagrado" que "ultrapassa as forças e as capacidades humanas" .

2. As questões de fundo postas pelo decreto sobre o ecumenismo

São numerosíssimos os comentários ao decreto feitos por teólogos católicos quer nas edições do decreto em várias línguas quer em artigos e livros que lhe foram especialmente dedicados. Vamos limitarmo-nos aqui às afirmações teológicas cujo desenvolvimento e aplicação é reconhecido como urgente e às atitudes evangélicas que o movimento ecumênico supõe.

A primeira afirmação é a da universalidade do movimento para a unidade - diz respeito a todos os cristãos. Por isso, na audiência de 20 de Janeiro 1965, durante a primeira semana da unidade que teve lugar após a promulgação do decreto, Paulo VI pôde falar do ecumenismo como de "uma tentação e um programa" (1). Por um lado, existe a tentação de "pôr de lado todos os pontos de discórdia, de esconder, minimizar, modificar, banir ou negar, alguns ensinamentos da Igreja que não são hoje aceites pelos irmãos separados". Por outro lado, o Santo Padre repete o pedido de que "todos os católicos sejam zelosos em trabalhar para a unidade dos cristãos, especialmente pela oração, pela bondade da sua vida cristã, pelo exemplo que essa vida dá". Para tanto, exorta-os a cultivar uma "sinceridade franca e humilde", um "zelo e uma alegria que irradiem da vivência da fé", uma capacidade de "graduação didáctica do ensino da doutrina católica", uma atitude de "respeito, estima e caridade" para com os irmãos separados.

Entre o preâmbulo do decreto, repetindo com Cristo as palavras "que todos sejam um para que o mundo creia" e este apelo a um programa de santidade, está descrita a trilogia em que o ecumenismo se insere: "unidade - missão - reforma". Em outras palavras, as notas que descrevem a Igreja no Símbolo dos Apóstolos (una, santa, católica e apostólica) não são autónomas - entre elas existe uma estreita interdependência. A missão exige a unidade, mas esta, por seu turno, exige a renovação que vai traduzir-se em maior zelo apostólico e em maior caridade fraterna. É claro, então, que, quando se diz que o ecumenismo é uma "tarefa" de todos os cristãos, se quer exprimir, em primeiro lugar, uma atitude, uma dimensão que é inerente à condição cristã.

Por isso, paradoxalmente, a primeira exigência que é posta aos católicos pelo ecumenismo não diz respeito aos irmãos separados mas à renovação, à conversão do coração dos próprios católicos. A situação presente de desunião pode ser entendida como tendo um papel no plano da salvação na medida em que "desinstala" constantemente cada cristão - o homem não cessa nunca de se converter, de se voltar para Deus. O escândalo da divisão incita à purificação, à revisão de vida, ao controlo do exagero, à redescoberta do essencial.

Não pode o cristão nem podem as Igrejas realizar só por si essa renovação. Ela é o fruto do Espírito que age em todos e que a todos move para a unidade e para

(1) - Herder Correspondence, April 1965, pg. 113-114



a verdade . Daí que todo o movimento ecumênico aponte para uma teologia do Espírito ainda por fazer . É nessa teologia que irão exprimir-se em termos de carismas os dons de cada um e que se encontrará a tradução, em termo de serviço ou ministério, de cada carisma .

É o mesmo Espírito que, pela diversidade dos seus dons, torna os cristãos capazes de se identificarem no mundo como Cristãoservo dos seus irmãos . A recomendação de colaboração com os irmãos separados não é só uma plataforma pragmática em que a unidade se pode exprimir ; é também - e sobretudo - o reconhecimento de que todos os cristãos são, pelo baptismo, enxertados em Cristo e que dele dão ao mundo testemunho comunitário .

O Espírito conduz para a unidade pela verdade . A afirmação da gradação das verdades da Fé, da sua "hierarquia" é uma etapa fundamental para a unidade e constitui no seio da Igreja Católica uma verdadeira revolução . São unânimos os teólogos católicos e protestantes na convicção de que a clara afirmação da não uni-dimensionalidade das verdades da Fé é um dos elementos mais importantes de toda a doutrina de Vaticano II . Não poderia ser o decreto sobre o ecumenismo a enunciá-la de forma isolada - são as grandes traves do pensamento conciliar que constantemente e por formas sempre originais desdobram diante dos nossos olhos o plano de Deus revelado em Jesus Cristo e a partir daí fazem organicamente decorrer tudo o que constitui a vida e o corpo da Igreja .

Essa "hierarquia de verdades" leva à pontuação frequentemente feita em reuniões ecumênicas nos últimos anos : a de que existe um profundo acordo entre teólogos das várias Igrejas preocupados sobretudo com o "deposito da Fé" lido e re-interpretado à luz da vida e da ciência modernas . Pode por um lado dizer-se (1) que "as grandes divisões se encontram não entre as Igrejas mas no seio de cada Igreja : entre ricos e pobres, brancos e negros, conservadores e progressistas, velhos e novos, ocidentais e orientais" . Mas, por outro lado, é certo também que as verdades não são a-históricas - mesmo quando parecem coincidir em certo instante de tempo trazem consigo um passado, e uma tradição, um e outra ligados à instituição visível de cada Igreja . Importa, por isso, - e estará aí uma enorme tarefa ecumênica - refazer a leitura das verdades consideradas fundamentais ou secundárias das várias Igrejas . Ao refazer-se essa leitura é tão importante libertar cada verdade da "ganga" dos sucessivos "tratamentos" a que é sujeita como é importante trazer à luz do dia as "verdades esquecidas" .

De resto, é esta hierarquia de verdades que permite falar dos laços da fra ternidade existentes entre todos os cristãos que recebam o baptismo, reconhecendo que Jesus Cristo é Senhor, o Alfa e Omega de toda a criação . Porque têm o mesmo Senhor, as Igrejas podem entrar livremente em relações ontologicamente fraternas apesar das dificuldades teológicas que possam existir . Pois na verdade

(1) - Harvey Cox, The reaction of a post-Ecumenical Christian, The Ecumenist, Jan.-Fev. 68, pg. 119, citado por Tucci na conferência já referida, em Upsala .



o que significam essas diferenças perante a imensa realidade de Jesus Cristo penetrando os corações dos homens ? (quanto não mudaria se os católicos percebessem que o celibato dos padres ou o controle da natalidade estão mais do que na periferia das "verdades" da Fé ? ... Quanto não mudaria se pastores e fiéis se centrassem cada vez mais nas verdades que dizem respeito a Cristo e aos seus mistérios ? ...) .

A terceira afirmação que percorre todo o decreto sobre o ecumenismo é a presença da Igreja, do seu mistério, em cada Igreja local : As Igrejas locais da comunidade primitiva são um maravilhoso painel da vida da Igreja, quer aquelas a que se refere João ao diagnosticar-lhes por dentro os males em linguagem parabólica quer aquelas a que se dirige Paulo nos termos bem concretos de cada situação existencial, aproveitando-a para uma elaboração teológica oportuna e viva . Afasta ra-se a Igreja desse conceito em grande parte pela influência das estruturas hierárquicas piramidais que caracterizaram a vida socio-política até aos nossos dias . Assim a comunhão das várias Igrejas locais foi-se gradualmente substituindo o conceito de uma Igreja Universal para além delas . Daí o estabelecer a supremacia dessa Igreja Universal sobre todas as outras ia um pequeno passo que as condições culturais facilmente permitiram .

Ora, o decreto, ao falar de Igrejas locais restitui à Igreja, onde quer que ela exista com seus fiéis e pastor, a frescura da Igreja primitiva . Liberta-as duma sujeição jurídica a uma entidade abstrata para as levar a experimentar, em maior profundidade, o mistério da comunhão, a fraternidade em Jesus Cristo . É certo que a Igreja de Roma não é, em si, distinta das outras Igrejas . Pelo primado de Pedro que a dirige ela constitui na comunhão das Igrejas locais um "serviço de unidade" . A Igreja Universal é então a comunhão das Igrejas locais estruturada por esse ministério de unidade . Tal conceito é radicalmente diferente, já na ordem interna da Igreja Católica Romana, de uma autoridade para além das Igrejas locais . Mas ele é também uma perspectiva nova na procura ecuménica . Assim, como nota Schillebeekx (1) "a unidade implica que a Igreja Católica Romana veja a si mesma reflectida naquela que chamamos a Igreja Protestante, e que * as Igrejas Protestantes se reconheçam plenamente a si mesmas nas Igrejas Católicas locais - sem excluir todas as diferenças locais que possam existir" . O reconhecimento das Igrejas locais não enquanto partes subordinadas de um todo mas enquanto encarnações concretas e vivas da Igreja de Cristo conduz a uma maior apreciação do que de próprio possui cada Igreja, a um desejo de unidade integradora das múltiplas formas de que se reveste o manto variegado da Igreja .

É certo que há questões difíceis que o decreto deixa, de certo modo, em aberto, mas não termina ele justamente por um apelo à sua própria explicitação

(1) - ver obra citada



e, portanto, a novos caminhos ? Vale a pena referir brevemente algumas dessas questões .

A mais importante é uma certa "alternância" que se encontra no decreto entre a Igreja-comunhão e a Igreja-instituição . É certo que a Igreja comunhão é também instituição, que o "Povo de Deus é todo ele estruturado desde o início" . No entanto, nem sempre esse síntese é claramente pressentida . Por um lado, descreve-se o ecumenismo de acordo com uma visão da Igreja que é sobretudo uma comunhão na fé, na esperança e na caridade de todos aqueles que se encontram unidos pelo baptismo em Cristo . Evita-se a expressão "membro" da Igreja não só no decreto como na Constituição Dogmática sobre a Igreja . Tem-se interpretado esse facto (1) como uma maneira hábil de o Conselho não tomar posição relativamente às afirmações categóricas feitas por Pio XII na encíclica sobre o Corpo Místico de Cristo (1943) no sentido de que deixavam de ser membros da Igreja Católica os baptizados que rejeitassem algum dos seus artigos de fé ...

Por outro lado, descrevem-se ainda as várias Igrejas ou comunidades eclesiais a partir da sua maior ou menor participação (diríamos quase "quantitativa") nos elementos que definem a Igreja-Instituição . Não se está muito longe do esquema seguido na encíclica "Ecclesiam Suam" em que, a par de aspectos verdadeiramente renovadores (bastaria notar a dimensão de diálogo presente na missão e no apostolado e a clara opção por uma linguagem dirigida a todos os homens de boa vontade), não deixa de se descrever a imagem de círculos concêntricos como expressão da relação da Igreja Católica (considerada como o "centro") com as outras Igrejas, as outras religiões, a humanidade .

Outra questão difícil - e intimamente ligada com a anterior - é a do significado da comunhão eclesial, ou, em outros termos, da relação entre Igreja (no singular) e Igrejas (no plural) . Como nota Schillebeeckx (2), "falar da Igreja no plural, como de Igrejas, significa em primeiro lugar que a Igreja de Cristo está internamente dividida" . Daí decorre uma contradição interna do decreto : não pode falar-se de Igrejas no plural e simultaneamente atribuir-se à Igreja Católica Romana o título de plena Igreja de Cristo . Se falamos de Igrejas, aceitamos a rasgão na veste de todas as Igrejas e acreditamos que todas caminham para uma plenitude ainda não atingida .

Pode dizer-se que esse conceito está implícito no pensamento conciliar que não distingue entre o mistério da "Igreja de Cristo" e a realidade concreta da Igreja Católica Romana (Lumen Gentium § 8) . Todas as Igrejas - e também a Igreja Católica Romana - têm de sujeitar-se à crítica da Escritura e da

(1) - Stransky, the degree on Ecumenismo : Analysis
One in Christ, n° 1 - 1966, pg. 5 sgs.

(2) - Ver obra citada



comunidade cristã primitiva (De Revelatione, § 21) . É esta ideia que Tucci (1), no seu famoso discurso à Assembleia do Conselho Ecuménico das Igrejas, em 1968 em Upsala, desenvolveu com palavras vigorosas :

"... poder-se-ia conceber que a Igreja de Cristo na sua perfeita realização não se identifica de maneira absoluta e total com a Igreja Católica de hoje, e que, assim, também a Igreja Católica tenderia para esse perfeita realização da Igreja de Cristo na plenitude dos seus dons e das suas graças, na sua catolicidade plenamente realizada . Tal concepção teria como consequência o facto de que a unidade dos cristãos, mesmo para nós católicos romanos, não seria necessariamente encarada como qualquer coisa que se devesse realizar na Igreja católica como ela é hoje, mas sim na Igreja de Cristo plenamente revelada em todas as suas virtualidades, e para a qual a acção do Espírito Santo encaminha na nossa época todas as Igrejas e comunidades eclesiais ..." .

no computador

Fundação Cuidar o Futuro



(1) - Tucci, S.J., Mouvement œcuménique, C.O.E. et Eglise Catholique Romaine, Documentation Catholique, 1 Septembre 1968, 1482

PARTE III - O DECRETO SOBRE O ECUMENISMO EM ACCÃO - DE Novembro 1964 a Janeiro 1971

A Igreja Católica Romana tomou três decisões fundamentais após o Concílio tendentes à aplicação do decreto sobre o ecumenismo : manteve, re-estruturou e fomentou o Secretariado para a Unidade dos Cristãos dicastério da Cúria Romana donde tem emanado inspração, iniciativa, orientação ; publicou em 15 de Maio de 1967 o "Directório para a aplicação das decisões do Concílio Vaticano II "relativas ao ecumenismo ; criou em 1965 juntamente com o Conselho Ecuménico das Igrejas o "Grupo misto de trabalho entre a Igreja Católica Romana e o Conselho Ecuménico das Igrejas" . Vamo-nos referir especialmente ao trabalho realizado pelo grupo misto ; esta escolha deve-se ao facto de que o Grupo misto "redapitula" na prática as decisões do Secretariado para a Unidade e as orientações do directório . Seguimos o esquema do último relatório (Janeiro 1971) do Grupo misto de trabalho (1), que está longe, no entanto, de descrever a variedade dos aspectos em que se manifesta a cooperação das Igrejas .



1)- Fé e culto das Igrejas

a) Comissão "Fé e Constituição"

Tem aumentado a participação de teólogos católicos na Comissão . De acordo com a Igreja Católica Romana a Assembleia do Conselho Ecuménico das Igrejas em Upsala convidou 9 teólogos católicos a fazerem parte da Comissão "Fé e Constituição" . Entre os trabalhos actualmente em curso citam-se como exemplo :

- diferentes estudos, a nível regional, por grupos mistos, sobre a autoridade da Bíblia, notando-se o interesse crescente das Faculdades e Institutes Católicos ;
- o estudo sobre o culto tem como particular incidência o problema da intercomunhão, prioritária na ordem de trabalho da Comissão .

b) Comissão teológica mista sobre "Catolicidade e Apostolicidade"

Nesta Comissão cujos trabalhos datam dos dois últimos anos apenas, um pequeno grupo tenta encontrar os pontos que podem servir de base à elaboração de uma ecclesiologia comum .

c) Semana de oração pela Unidade

Iniciativa Católica de longa data, é hoje celebração conjunta das Igrejas locais e dos pequenos grupos, sendo a sua preparação (tema, leituras

b611

(1) - Documentation Catholique, 21 Février 1971, 159 sgs.

bíblicas, intenções) realizada em comum .

d) Data da Páscoa

Desde 1970 tenta-se encontrar uma data comum para a celebração da Páscoa (com especial relevância para as Igrejas Ortodoxas) . Um colóquio realizado em Maio 1970 propõe o domingo a seguir ao 2º sábado de Abril, tentando respeitar a intenção do Concílio de Niceia, mas nada foi ainda decidido .



2 - Missão e Unidade

a) Problemas comuns

Da questão do proselitismo, estudada em toda a sua amplitude pelo Grupo misto, passou-se à análise das deformações da evangelização em contraste com o que deveria ser o testemunho cristão . A partir daí a tarefa seguinte tornou-se evidente : chegar a um testemunho comum, consoante o permitir a situação de divisão das Igrejas .

b) Diálogos com crentes de outra fé e não-crentes

A urgência da missão levou a iniciativas ainda balbuciantes de encontros entre homens de estudo de vários horizontes da fé e da não-crença . Um longo caminho está ainda por fazer, sobretudo se compararmos este aspecto com outros de diálogo entre Igrejas .

c) Comissão médica cristã

Devido sobretudo à influência das "jovens" Igrejas protestantes, existe no seio do Conselho Ecuménico das Igrejas uma Comissão médica cristã, que sintetiza uma acção de incalculável valor humanitário nas zonas mais desfavorecidas do mundo e toda uma teologia da Igreja como restituindo a vida e a saúde . Está em estudo a possibilidade de colaboração desta comissão com a Igreja Católica Romana .

3 - Os leigos

É importante notar a presença de numerosos observadores não-católicos ao III Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos realizado em Roma em Outubro de 1967, onde tiveram uma influência extremamente benéfica quer para o diálogo ecuménico quer para a própria formulação da missão dos leigos no mundo .

a) Relações entre a Divisão do Conselho Ecuménico das Igrejas para a Formação ecuménica e o Conselho dos Leigos .

Uma estreita colaboração nos trabalhos de cada um destes órgãos tem sido realizada nos últimos anos . Insiste-se de modo particular sobre as

as possibilidades concretas de colaboração entre leigos de diferentes Igrejas e sobre os problemas e as preocupações da juventude .

b) Actividades comuns femininas

Em 1968 criou-se um Grupo feminino de ligação ecuménica cujas reuniões, tocando embora aspectos tão diversos como "casos concretos de colaboração ecuménica", "a imagem da mulher nos meios de comunicação", "a mulher e a paz", etc, têm como principal objectivo estudar a participação das mulheres na vida das Igrejas, analisar problemas e tendências comuns, e propor novas vias .



4 - Serviço no domínio social e serviço para com a humanidade

a) Sodepax

Criou-se uma Comissão mista entre o Conselho Ecuménico das Igrejas e a Comissão Pontifical Justiça e Paz - SODEPAX - cuja lista de realizações é impressionante . Entretanto, o Conselho Ecuménico das Igrejas anuncia a criação de um novo órgão - a Comissão para a participação das Igrejas no desenvolvimento - o que não deixa de levantar questões quanto à coexistência de dois grupos cujos objectivos, em parte, se sobrepõem .

b) Igreja e Sociedade

Trata-se de um caminho de estudo orientado sobretudo na linha das repercussões da tecnologia no futuro do homem e da sociedade . O Conselho Ecuménico das Igrejas colabora com os órgãos especializados da Igreja Católica Romana tais como Justiça e Paz, Uniapac, etc.

c) Serviços e assistência

Desde 1967 a Caritas internacional e a "Divisão de entreeajuda e de serviço das Igrejas e de assistência aos refugiados" têm colaborado de forma estreita quer nos momentos de acção quer através de estudo concertado . Têm além disso o mérito de sugerirem às autoridades respectivas o inventário e estudo sobre os diversos esforços que se fazem neste domínio para poder chegar a um programa unificado .

5 - Conselhos nacionais e locais

Desde que Paulo VI, em 10 de Junho de 1969 em Genebra, durante a sua visita ao Conselho Ecuménico das Igrejas, acentuou a importância do movimento ecuménico na base, tem havido colaboração de católicos em conselhos nacionais ou locais, a título de observadores quase sempre, a título de membros em alguns casos . Um relatório preciso sobre os vários conselhos foi pedido, que deverá permitir conhecer a uma escala mais ampla a repercussão deste tipo de colaboração .